

Ideias linguísticas em domínios teóricos específicos

Festschrift em homenagem à
professora pesquisadora
Leci Borges Barbisan

Marlene Gonçalves Mattes (Org.)



A longa história da Universidade remonta à idade média, percorrendo caminhos nem sempre fáceis, por vezes trabalhosos em termos de sua própria emancipação, mantendo ou renovando posicionamentos em busca do conhecimento, incluindo eminentemente alunos e professores, incluindo pesquisadores nas mais diversas áreas do conhecimento. A intenção ao fomentar a pesquisa, desde o princípio, foi a busca pela compreensão do ser humano em sua complexidade, do seu mundo, do seu *modus vivendi*, para se obter melhorias na vida em sociedade. Muito além do atendimento às necessidades básicas, o conhecer leva-nos a crescer, amadurecer, criar, escolher, transformar. Na medida em que mais e melhor nos formamos, nossa ação implica benefícios ímpares à sociedade. E é o que a comunidade espera daqueles que têm o compromisso de, através de seus valores humanos acima de tudo, formar seus alunos e de informá-los, garantindo-lhes o poder de tomar decisões com a convicção de as pautarem no conhecimento adquirido. Para alguns foram os primeiros passos em pesquisa, para outros, a coroação já do saber pesquisar, da obtenção de resultados, do seu compromisso de os difundir. Faz parte desta história a professora, por nós homenageada, Leci Borges Barbisan. Ela auxilia na construção dos caminhos da pesquisa, engajando-se na proposta acadêmica incondicionalmente. É por este motivo que nós, seus orientandos, os autores deste livro, em diferentes momentos de sua atuação profissional na PUCRS, encontramos em sua orientação compromissada, determinada e séria, o alicerce para o desenvolvimento de nossos projetos de pesquisa.



Editora fi
www.editorafi.org



Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

Arte de capa: Araújo Porto Alegre - São José do Rio Pardo/RS, 1806-Lisboa/Portugal, 1879 - Porta da cidade de Peruggia, s.d. - Grafite, 26.5 x 43 cm

Acervo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul – MARGS

Fotografia: Fabio Dal Re e Carlos Stein – Vivafoto

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MATTES, Marlene Gonçalves (Org.).

Ideias linguísticas em domínios teóricos específicos: *Festschrift* em homenagem à professora pesquisadora Leci Borges Barbisan. [recurso eletrônico] / Marlene Gonçalves Mattes (Org.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

206 p.

ISBN - 978-85-5696-194-5

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Festschrift; 2. Teoria linguística; 3. História; 4 BARBISAN, Leci Borges; I. Título.

CDD-400

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 400

Interdependência semântica em encadeamentos argumentativos: uma concepção de sentido segundo a teoria dos blocos semânticos

Claudio Delanoy

A menina apareceu grávida de um gavião.
Veio falou para a mãe: O gavião me desmoçou.
A mãe disse: Você vai parir uma árvore para
a gente comer goiaba nela.
E comeram goiaba.
Naquele tempo de dantes não havia limites
para ser.
Se a gente falasse a partir de um córrego
a gente pegava murmúrios.
Não havia comportamento de estar.
Urubus conversavam auroras.
Pessoas viraram árvore.
Pedras viraram rouxinóis.
Depois veio a ordem das coisas e as pedras
têm que rolar seu destino de pedra para o resto
dos tempos.
Só as palavras não foram castigadas com
a ordem natural das coisas.
As palavras continuam com seus deslimites.

Manoel de Barros

O poema de Manoel de Barros (1998) desvela a natureza das palavras frente ao mundo. As palavras não são *pedras*, que pela “ordem natural das coisas” devem permanecer *pedras*. As palavras não se deixam fixar. É esta liberdade frente ao mundo que possibilita a criação poética, um universo no qual o poeta se aventura e ousa lidar com os “deslimites”

da palavra. De fato, as palavras escapam das coerções naturais do mundo físico. A literatura o mostra ao nos surpreender com combinações linguísticas inusitadas, tais como nos presenteou Manoel de Barros. Mundos são criados por via das palavras. Tudo passa a existir no momento em que alguém começa a falar ou a escrever. No entanto, o uso das palavras fazendo referência ao mundo é tão natural a nós que parece haver uma relação intrínseca entre linguagem e uma realidade que lhe preexiste. Mas, se pensarmos bem, as palavras do poeta não são distintas daquelas que usamos no nosso dia a dia. Com isso, se o poeta cria uma realidade com sua linguagem, será que nós não a criamos também? O que nos distingue, é que todos somos seres *de fala*? A intrigante relação entre *linguagem*, *representação do mundo* e *sentido* há tempos tem inspirado reflexões de filósofos, teóricos da comunicação e linguistas na busca de explicações para a natureza e o funcionamento da linguagem. Aqui, apresentaremos um olhar específico para a construção do sentido: uma semântica linguística.

Nosso objetivo com este trabalho é apresentar uma concepção de sentido por meio do conceito de *interdependência semântica* em encadeamentos argumentativos do tipo *A portanto / no entanto C*, nos moldes da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), dos pesquisadores franceses Marion Carel e Oswald Ducrot. Essa teoria representa a terceira fase da Teoria da Argumentação na Língua (ANL), criada por Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot, que vem sendo desenvolvida desde a década de 80. Para tanto, apresentaremos de modo muito breve o início das discussões a respeito da relação linguagem e mundo, pelos gregos, sobretudo a contribuição dos sofistas na instauração de uma realidade pelo discurso. Após, exporemos também sucintamente as bases teóricas que fundamentam a ANL/TBS – as teorias de Saussure e a enunciação de Benveniste, essenciais para o entendimento de nossa proposta. Em seguida, explicaremos conceitos básicos da ANL/TBS e, dentre eles, o conceito de interdependência semântica, seguidos de aplicação em trechos de uma crônica. Sendo assim, começemos pelos gregos.

Filósofos da Grécia antiga perguntavam-se sobre a essência das palavras: teriam elas uma motivação calcada no mundo real, ou seriam independentes da realidade? Platão e Aristóteles, dentre outros renomados filósofos, debruçaram-se sobre a linguagem, porém seu objetivo último era outro: a busca pela “verdade”. Não sendo possível

essa procura senão pelas palavras, elas eram investigadas como um meio inevitável para atingir a Verdade. Logo, a motivação das investigações não era propriamente linguística, mas filosófica. É importante ressaltar, naquele âmbito inicial dos estudos que envolviam a linguagem, a prática sofisticada. Os sofistas eram profissionais do debate. Manipulavam o discurso por meio de técnicas específicas, que iam de um tom certo de voz do orador à extensão ideal dos enunciados para que fossem mais bem recebidos pelo auditório. Além disso, citamos uma particularidade na prática sofisticada que nos é relevante para este capítulo: os sofistas não estavam preocupados com a verdade dos fatos. Eram contratados para vencer uma discussão, para ganhar uma causa em favor de seu contratante. Assim, ao manipularem as palavras, davam vida a uma realidade discursiva. Criavam uma realidade própria, independente da busca de uma verdade última, inquestionável. Então, os sofistas revelaram a propriedade de a linguagem referir-se ao mundo, mas não de modo especular. A linguagem cria uma realidade a partir de si mesma, não sendo um mero espelho da exterioridade.

O que essa reflexão tem a ver com o tema deste trabalho? Conforme veremos adiante, um dos pressupostos de base da Teoria da Argumentação na Língua e, conseqüentemente, da Teoria dos Blocos Semânticos, é a construção do sentido por meio das relações entre as entidades linguísticas, sem considerar um vínculo necessário com objetos extralinguísticos. Veremos que o sentido de um enunciado decorre da relação existente entre seus componentes linguísticos, sob a organização de um locutor, que expressa uma visão particular sobre o que vê no mundo, e não fala de uma realidade preexistente, de uma verdade última. Segundo as palavras de Ducrot, esse locutor argumenta. A partir da perspectiva de que o sentido se dá pelas palavras postas em relação por um locutor, remetemos novamente a Manoel de Barros: *as palavras não foram castigadas com a ordem natural das coisas; as palavras continuam com seus deslimites.*

Desde as elucubrações filosóficas clássicas a respeito da linguagem até a publicação do *Curso de Linguística Geral* (CLG), em 1916, conferido a Saussure (aqui tomado como um marco simbólico do nascimento da Ciência Linguística), percebemos um foco investigativo não propriamente linguístico, mas basicamente histórico, diacrônico, das formas evolutivas das línguas. Foi atribuído a Ferdinand de Saussure o

nascimento da Linguística como ciência, pois definiu a ela corpo teórico, método e objeto de pesquisa. Segundo lemos no CLG (SAUSSURE, 2000), a linguagem teria duas faces: a *fala*, material linguístico concreto percebido em uma situação de comunicação, e a *língua*, sistema abstrato de signos linguísticos, subjacente à fala. A fala teria uma particularidade que tornaria sua pesquisa muito complexa: a incidência de aspectos de naturezas distintas, tais como influências psicológicas, fisiológicas, cognitivas na produção de enunciados, que tornariam inviável a concepção de uma nova ciência, pois nasceria apoiada em outras áreas do conhecimento científico. Porém, com a *língua* ocorreria distintamente. Definida como um sistema de signos linguísticos compartilhado pela sociedade, constituía-se, por essa razão, de sistema homogêneo, e, portanto, passível de descrição. A língua, então, foi adotada como objeto de estudo da Linguística, porém sem desprezo pela fala. Também lemos no CLG que língua e fala são interdependentes: “Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas.” (SAUSSURE, 2000, p. 27). A língua só é concebível porque a fala existe, ao mesmo tempo em que a fala só é possível porque há um sistema que lhe subjaz.

Outro legado saussuriano foi a possibilidade de se estudar a língua de modo independente de sua historicidade, de sua evolução diacrônica. Ao promover uma abordagem sincrônica de pesquisa, Saussure inaugura a investigação linguística por meio das relações internas do sistema, a partir dos eixos *sintagmático* e *associativo*. As relações associativas se dão entre unidades linguísticas capazes de figurar num dado contexto linguístico, numa relação de *ausência*, isto é, uma unidade associa-se a outras por uma relação virtual entre signos relacionados de alguma maneira, semântica ou formalmente. Por exemplo, tomemos o enunciado *Meu amigo comprou um apartamento*. O signo *apartamento* associa-se a outros signos possíveis de aparecer naquele lugar sintático, como *carro*, *gato*, *terno*, dentre outras tantas possibilidades. Dizemos, então, que entre *apartamento* e aqueles outros signos há uma relação associativa. Já as relações sintagmáticas pertencem à cadeia linear do enunciado concreto, em relação *presencial* entre os signos. As unidades de um enunciado encadeiam-se segundo regras previstas pelo sistema, e é somente dessa maneira que produzem

sentido. Percebemos, então, a possibilidade de estudarmos a língua por intermédio de suas relações internas, o que configura um sistema, tal como defendido por Saussure, partes identificáveis em sua individualidade (o signo), mas solidárias quanto à produção de sentido (o sintagma).

Como enxergamos essa solidariedade semântica? Por meio da noção de *valor do signo linguístico*, conceito de grande relevância para a ANL/TBS. Para Saussure, o signo linguístico tem duas faces interdependentes: o *significante*, ou imagem acústica, refere-se à face do signo que é percebida, ao passo que o *significado* se refere a um conceito. Porém, o signo linguístico não tem autonomia semântica se tomado isoladamente. É somente na relação com outros signos que passa a *valer*, que passa a revelar um sentido próprio. É o caso do signo *banco* em *o banco do parque em que ele costuma sentar foi pintado*, que tem seu sentido especificado de “móvel apropriado para se sentar” ao entrar em relação com os outros signos do enunciado. Diferentemente de *o banco de dados foi corrompido*, em que *banco* assume sentido de “conjunto de informações”. Essa noção de valor e de sentido construído pela relação entre entidades linguísticas é de grande importância para entendermos, mais adiante, o conceito de interdependência semântica pela TBS.

As reflexões saussurianas, ao enxergarem na linguagem uma face perceptível (*a fala*) e outra abstrata (*a língua*), permitiram a criação dos conceitos de *enunciado* e de *frase* nos moldes da ANL/TBS. Ducrot (1984, p.368) distingue o material linguístico, pertencente ao sistema da língua, e as diversas realizações desse material. Denominou *frase* ao material linguístico usado por um locutor. É um construto teórico, abstrato, criado pelo linguista para dar conta do sistema da língua. À realização da frase chamou de *enunciado*, ou seja, o que foi efetivamente pronunciado ou escrito pelo locutor em uma dada circunstância de tempo e espaço. Portanto, o que se escuta, o que se lê, são *enunciados*, e não *frases*, de acordo com os preceitos da ANL. Os correspondentes de frase e enunciado em um nível complexo são *texto* e *discurso*, em que *texto* representa um conjunto de frases, e *discurso* refere-se a um conjunto de enunciados interligados. Dessa forma, um discurso é a concretização de um texto.

Na perspectiva da ANL/TBS, a aplicação das relações sintagmáticas reside na noção de *encadeamento argumentativo*. A relação não se dá entre

um argumento e uma conclusão, mas entre *dois segmentos articulados por um conector*, na forma de *A portanto / no entanto C*, segmentos que dependem um do outro para construírem sentido. As relações associativas, ou paradigmáticas, também foram contempladas por Ducrot e seus colaboradores na elaboração da ANL. Podem ser exemplificadas por meio de encadeamentos construídos a partir da orientação argumentativa do léxico. As expressões linguísticas, tanto palavras como enunciados, carregam em si uma orientação para a continuação do discurso, independentemente da representação que possam fazer da realidade. Assim, “*João é inteligente, portanto...*” seria seguido de forma positiva, como “*vai conseguir o emprego, vai solucionar o problema*” ou “*será aprovado*”. Essa positividade deve-se à orientação argumentativa presente no interior de *inteligente*, que conduz a continuação do enunciado a uma conclusão dessa qualidade. Assim, as diversas sequências admissíveis a “*João é inteligente, portanto...*” formam um paradigma, a partir do qual uma continuação será selecionada pelo locutor.

Até aqui, vimos, então, as raízes da ANL em Saussure, notadamente nos conceitos de língua, fala, valor e relações sintagmáticas e associativas, que, reelaborados, resultaram nos conceitos de frase, enunciado, orientação argumentativa e, o foco de nosso trabalho, a interdependência semântica. Falta-nos ainda comentar a importância do conceito de enunciação, inspirado em Benveniste, como fundamento da ANL.

Ducrot denomina *enunciação* como sendo o surgimento do enunciado:

O que designarei por este termo [enunciação] é o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo “enunciação”. (DUCROT, 1987, p. 168).

Esse conceito não deve ser confundido com a enunciação para Benveniste: “Não digo que a enunciação é o ato de alguém que produz um enunciado: para mim é simplesmente o fato de que um enunciado aparece [...]” (DUCROT, 1987, p.169). Os objetos de estudo são distintos para os dois teóricos: Benveniste se ocupou do processo de construção do enunciado, do ato em si. Ducrot, por outro lado, tem como objeto o enunciado, o produto da enunciação.

Na elaboração de sua teoria, Ducrot denomina *locutor* o ser responsável pelo enunciado, no qual ele se marca ao produzir *eu, aqui, agora*. *Alocutário* é o destinatário do enunciado. Ambos são seres do discurso, abstratos, inexistem fora do âmbito linguístico, portanto não se confundem com os sujeitos reais, que são deixados à margem na ANL. Afirma Ducrot:

O que precede [o fato de desconsiderar o sujeito empírico do enunciado] não implica de modo algum, de minha parte, a ideia bizarra [...] que um enunciado possa aparecer por geração espontânea, sem ter na sua origem um sujeito falante que procura comunicar alguma coisa a alguém, este algo sendo precisamente o que denomino o sentido. Mas acontece que tenho necessidade, para construir uma teoria do sentido, de uma teoria do que é comunicado, de um conceito de enunciação que não encerre em si, desde o início, a noção de sujeito falante. (DUCROT, 1987, p. 169).

Portanto, a distinção entre seres reais e seres do discurso presente na ANL está em conformidade com o preceito saussuriano de estudar a língua como sistema, sem a recorrência a objetos extralinguísticos. Como resultado, vimos, então, por que a ANL é uma teoria enunciativa: o enunciado é de responsabilidade de um locutor, que se dirige a um alocutário, ambos seres discursivos, decisão coerente para uma descrição semântica da língua, fiel ao legado de Saussure.

Como também se observou, na concepção de signo segundo Saussure, não há lugar para o objeto referido no mundo. O signo é uma relação entre significante e significado, duas faces interdependentes que se encadeiam com outros signos e dessa forma produzem sentido. A autonomia do sistema para a construção do sentido será mantida como pressuposto da ANL/TBS, portanto, não se trata de uma teoria referencialista. Quer dizer que não concebe a língua como uma imagem especular da realidade, mas como uma forma de abordar o mundo. O locutor expressa sua visão da realidade como tema de seu enunciado, e dessa forma argumenta. Ducrot defende, por exemplo, que a argumentação não reside nos fatos do mundo, mas na própria língua, daí o nome *Argumentação na Língua*. Expliquemos.

Tomemos os seguintes enunciados:

- (1) *Pedro estudou pouco.*
- (2) *Pedro estudou um pouco.*

Segundo a visão ducrotiana, os dois enunciados designam o mesmo fato no mundo, quer dizer, Pedro estudou. Mas as conclusões a partir desses enunciados são opostas. De (1) “*Pedro estudou pouco*” podemos concluir que não terá êxito em sua avaliação, ao passo que de (2) “*Pedro estudou um pouco*” concluiremos a sua aprovação. O que está em questão aqui é o uso das palavras *pouco* e *um pouco*, que não veiculam uma informação, tal como a quantidade de horas de estudo de Pedro, mas expressam a argumentação do locutor. Caso o referido locutor queira prosseguir seu discurso positivamente, enunciará (2); se quiser abordar o fracasso de Pedro, escolherá (1). Apresentamos outro exemplo. Imaginemos uma situação em que faltam alguns minutos para as 20h, momento inicial de um programa na TV. A partir daí, podemos dizer:

- (3) *Não são ainda vinte horas.*
- (4) *São quase vinte horas.*

Tal como em (1) e (2), (3) e (4) referem-se a uma situação no mundo, mas, dependendo de como o locutor a vê, ou seja, que conclusões pretende expressar, irá escolher um ou outro enunciado. De (3), “*Não são ainda vinte horas*”, pode-se concluir “*ainda tenho tempo, não preciso me apressar*”, contrariamente a (4), “*São quase vinte horas*”, do qual se conclui “*é preciso me apressar*”. O tempo que separa o momento da enunciação até as 20h é o mesmo nos dois casos. O diferencial está no modo de o locutor argumentar frente à situação, e o faz pela língua. Logo, a representação do mundo se dá por uma descrição argumentativa da realidade, feita pelo locutor, que não a apreende senão pela linguagem, e, nessa apreensão, expressa sua subjetividade, sua interpretação da circunstância. Assim, ele argumenta. São constatações desse tipo que sustentam a argumentação ser própria do sistema da língua, e não dos fatos do mundo.

Com tal reflexão, a ANL/TBS concebe o sentido do enunciado como sendo construído no discurso, pelas entidades linguísticas postas

em relação por um locutor, para um alocutário. Com isso afirmamos que, no âmbito da ANL/TBS, não há espaço para sentido literal das palavras, se entendermos o sentido literal como um significado preestabelecido, fixo, antes mesmo de a palavra ter sido proferida. Reciprocamente, não há sentido figurado, resultado de situações particulares de uso. O que há é *sentido*, simplesmente: um sentido resultante da combinação entre elementos linguísticos que compõem o enunciado.

Ducrot, ao estabelecer, com Saussure, uma realidade concreta e uma abstrata da língua, não nega que a elas sejam atribuídos valores semânticos, embora de naturezas distintas. O *enunciado*, resultado material de uma enunciação, tem *sentido*, ao passo que a *frase*, abstração do enunciado, tem *significação*. Alertamos que essa significação da frase não corresponde a sentido literal, pois se configura como um conjunto de instruções que orientam o alocutário na construção do sentido. Dessa maneira, as significações de uma palavra são sempre possibilidades (são abertas) que encontrarão sua especificidade ao entrar em relação com outras palavras no discurso. A noção de sentido construído a partir do uso da língua, pelas palavras relacionadas entre si, em uma situação enunciativa, é a base para a compreensão do conceito de interdependência semântica pela TBS.

Fundamental para abordarmos o que é a interdependência semântica entre segmentos de um encadeamento argumentativo é colocarmos a concepção tradicional de argumentação ao lado da perspectiva da ANL/TBS. Em seu artigo *Argumentação retórica e argumentação linguística*, Ducrot (2009) discorre sobre o tema para propor claramente que *argumentação* pela ANL/TBS tem uma definição própria, e não deve ser confundida com aquela da tradição retórica. Nas palavras do pesquisador, “Entenderei por *argumentação retórica* a atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa.” (DUCROT, 2009, p.20, grifos originais do autor), e por *argumentação linguística*, ou simplesmente *argumentação*, “os segmentos de discurso constituídos pelo encadeamento de duas proposições A (argumento) e C (conclusão), ligadas implícita ou explicitamente por um conector do tipo *donc* (*portanto*), *alors* (*então*), *par conséquent* (*consequentemente*)” (DUCROT, 2009, p.20, grifos originais do autor). No artigo citado, Ducrot não menciona as argumentações em *pourtant* (*no entanto*), *cependant* (*entretanto*), *malgré cela* (*apesar disso*),

porque o referido artigo trata de uma comparação com a argumentação retórica, para a qual as proposições são ligadas por conectores do tipo *portanto*. Porém são tratadas no contexto da TBS, como veremos.

De modo geral, o encadeamento *A portanto C* é interpretado como se o argumento justificasse a conclusão, como se a validade de *C* dependesse do argumento. Além disso, a retórica prevê a existência de uma passagem responsável pela conexão entre argumento e conclusão, decorrendo daí que as proposições *A* e *C* teriam sentidos completos, porém ligados por um lugar argumentativo. Exemplificando, a sequência *o aluno estudou bastante (A), portanto será aprovado (C)* teria apoio na crença de que *o estudo conduz ao sucesso*, o estudo sendo apresentado como justificativa da aprovação do aluno. A proposta de Ducrot contesta essa interpretação ao afirmar que não há caráter justificativo entre *A* e *C*, mas que

A ideia de base é que, num encadeamento argumentativo *A donc (portanto) C*, o sentido do argumento *A* contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão. Assim, o sentido de *A* não pode ser definido independentemente do fato de que *A* é visto como conduzindo a *C*. Não há, pois, propriamente falando, passagem de *A* a *C*, não há justificação de *C* para um enunciado *A* que seria compreensível em si mesmo, independentemente da sequência *portanto C*. Consequentemente, não há transporte de verdade, transporte de aceitabilidade, de *A* até *C*, já que o encadeamento apresenta *portanto C* como já incluído no primeiro termo *A*. (DUCROT, 2009, p.22, grifos do autor).

A visão de interdependência entre os segmentos de um encadeamento argumentativo deve-se à formulação da Teoria dos Blocos Semânticos (CAREL; DUCROT, 2005). A TBS é a terceira fase de desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua. Representa, pelas palavras de Ducrot (2009, p.22), uma radicalização da ANL, em que os vínculos com a reflexão saussuriana são reafirmados pelo conceito da interdependência semântica como construtora de sentido entre segmentos de um encadeamento argumentativo. O sentido de um enunciado é dado pelos discursos que tal enunciado evoca. Em Carel e Ducrot (2008, p.10), lemos: “Dar o significado de uma expressão é

associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego”.

Por essa maneira de pensar, o enunciado “*aquela camisa é cara*” não tem seu sentido completo até que se dê uma continuação a ele, tal como “*então vou deixar para comprá-la no mês que vem*”, ou “*logo deve ser de boa qualidade*”, dentre outras possibilidades. Percebemos que o adjetivo *cara* articula-se ora com o postergar a compra, ora com a possível boa qualidade da camisa. Assim, *cara* assume sentidos específicos que vêm da relação com a continuação que se lhe dá no discurso, e não é o caso de ter um sentido fechado em si mesmo. Está representada a impossibilidade da existência de sentido literal das palavras, como se comportasse sentidos mais apropriados ou menos. O sentido vem do próprio discurso do locutor, que argumenta ao pôr as entidades da língua em relação.

Os encadeamentos argumentativos são a unidade mínima de sentido para a TBS: “Para nós, as relações entre signos que estão na base de todo significado, e que são como átomos da significação, são o que chamamos ‘encadeamentos argumentativos’ ou ainda ‘argumentações’.” (CAREL; DUCROT, 2008, p.9). Os encadeamentos são constituídos por dois segmentos e um conector, representados sob a forma X CON Y, em que X recebe o nome de segmento *suporte* (o antecedente, anterior) e Y, *aporte* (o conseqüente, posterior). Faz-se importante ressaltar que X e Y não são identificados pela sua posição no enunciado, mas pela função exercida sobre o outro segmento. Por exemplo, o enunciado *o aluno estudou bastante, portanto será aprovado* tem como segmento suporte (X) *o aluno estudou bastante* e como segmento aporte (Y) *será aprovado*, da mesma forma acontece no enunciado *o aluno foi aprovado porque estudou bastante*, no qual os segmentos X e Y se mantêm como no exemplo anterior, mesmo que apareçam em posições distintas no enunciado.

Os encadeamentos podem ser de dois tipos, *normativos* ou *transgressivos*, dependendo do tipo de conector que une os segmentos. Os encadeamentos normativos são aqueles formados por conectores do tipo *portanto* (ou *donc*, em francês, que será simbolizado por DC, como veremos adiante), e os transgressivos são aqueles formados por conectores do tipo *no entanto* (ou *pourtant*, do francês, a ser simbolizado por PT). Diz-se do tipo *portanto* e *no entanto* porque

funcionam como protótipos de outros conectores: o conector DC representa *portanto, se...então, por consequência*, etc., assim como PT representa *no entanto, mesmo assim, contudo*, etc.

Neste momento, já tecemos reflexões suficientes para chegarmos à explicação da interdependência semântica como construtora de sentido em encadeamentos argumentativos. De fato, já a apresentamos implicitamente nas linhas acima, mas agora tentaremos ser mais claros.

O sentido expresso pelo encadeamento argumentativo decorre da relação entre os segmentos, e este é o princípio da interdependência semântica. A TBS não vê essa relação como a retórica a concebe: um argumento que sustenta uma conclusão. Para a TBS, conforme escrevemos anteriormente, no segmento suporte há indicações de que seu sentido deve ser completado pelo aporte, e vice-versa. Os segmentos não têm, então, sentidos autônomos, já que encontram suas especificidades na relação entre ambos. Assim, no enunciado “*o aluno estudou bastante, portanto será aprovado*”, “estudou bastante” assume um sentido específico de visar à aprovação, da mesma forma que “será aprovado” relaciona-se ao estudo. Seria diferente no enunciado “*o aluno estudou bastante, portanto merece uma recompensa*”, em que o estudo do aluno se associa a um prêmio pelo seu esforço. Da mesma forma, a recompensa vem da aplicação do aluno, e não porque tenha tirado uma nota alta, por exemplo. Logo, entende-se por que a TBS não usa os termos *argumento* e *conclusão* como sinônimos dos segmentos suporte e aporte. Chamar o suporte de uma argumentação de *argumento* seria concebê-lo com um sentido pronto, que levaria a uma *conclusão*, independentes semanticamente. O modo de ver da TBS resgata a noção de valor do signo, de Saussure, mas a aplica aos encadeamentos argumentativos sob a noção de interdependência semântica, em que o sentido vem dos segmentos suporte e aporte relacionados entre si.

É a relação entre os segmentos que resulta em um *bloco semântico*. Por definição, um bloco semântico é o sentido que resulta da interdependência de sentidos entre os dois segmentos de um encadeamento argumentativo. Nos exemplos acima, “*o aluno estudou bastante, portanto será aprovado*” e “*o aluno estudou bastante, portanto merece uma recompensa*” são encadeamentos que representam dois blocos semânticos distintos, pois os segmentos de cada

enunciado estabelecem relações de sentido distintas. Podemos dizer que o bloco resultante de “*o aluno estudou bastante, portanto será aprovado*” é *estudo-que-leva-à-aprovação*, ao passo que “*o aluno estudou bastante, portanto merece uma recompensa*” tem como bloco *estudo-que-merece-recompensa*. Suporte e aporte, juntos, constroem um só sentido, o sentido do *bloco*.

Diferentes encadeamentos podem ser construídos a partir da alternância dos conectores e acréscimo da negação, como se vê abaixo:

O aluno estudou bastante, portanto foi aprovado;
O aluno estudou bastante, no entanto não foi aprovado;
O aluno não estudou bastante, portanto não foi aprovado;
O aluno não estudou bastante, no entanto foi aprovado.

Entretanto, o sentido do bloco é o mesmo nos quatro encadeamentos acima. Em “*O aluno estudou bastante, no entanto não foi aprovado*”, apesar da presença de *no entanto* e da negação, o sentido de *estudo-que-leva-à-aprovação* permanece, mas por um viés exceptivo, assim como em “*O aluno não estudou bastante, no entanto foi aprovado*”. O encadeamento “*O aluno não estudou bastante, portanto não foi aprovado*” também expressa o mesmo bloco, mas sob uma perspectiva recíproca a “*O aluno estudou bastante, portanto foi aprovado*”: se estudar bastante, será aprovado; se não estudar, não o será. Esses quatro encadeamentos argumentativos expressam quatro perspectivas, quatro pontos de vista distintos do mesmo bloco semântico.

Os encadeamentos argumentativos podem ser reunidos sob a forma de um *aspecto argumentativo*: “chamamos aspecto A DC B ao conjunto de encadeamentos argumentativos normativos X DC Y no qual X contém A e Y contém B.” (CAREL; DUCROT, 2005, p.20, tradução nossa). Lembramos que DC (*donc*) simboliza *portanto*, e PT (*pourtant*) simboliza *no entanto*. Assim, o aspecto *estudar DC ser aprovado* vai conter os encadeamentos “*o aluno estudou, portanto será aprovado*”; “*se Pedro estudar, então será aprovado*”; “*Maria foi aprovada porque estudou para o teste*”, dentre outras possibilidades, desde que fique assegurada a relação normativa entre os segmentos. De maneira semelhante, o aspecto *estudar PT neg-ser aprovado* (*neg-* representa a

negação) contém os encadeamentos “*meu amigo estudou, no entanto não conseguiu aprovação*”; “*mesmo tendo estudado, ela não foi aprovada*”; “*Maria não foi aprovada, apesar de ter estudado*”, etc., desde que a relação entre os segmentos seja transgressiva. Como se vê, os aspectos representam conjuntos de encadeamentos. São entidades abstratas, teóricas, construídas para expressar o sentido de entidades linguísticas e enunciados.

Os aspectos argumentativos normativos (aqueles em DC) e transgressivos (aqueles em PT) podem ser associados a expressões linguísticas sob a forma de *argumentação externa* e de *argumentação interna*. Carel e Ducrot denominam *argumentação externa* (AE) de uma expressão aos discursos que podem preceder ou seguir-se a uma entidade, em que a própria expressão linguística constitui um dos segmentos do encadeamento. Por exemplo, a AE de *estudar bastante* pode ser *estudar bastante DC ser aprovado*; *estudar bastante DC ser recompensado* (AE à direita, pois seguem-se à expressão *estudar bastante*), bem como *desejar promoção DC estudar bastante* (AE à esquerda, pois chega à expressão *estudar bastante*). Já a argumentação interna (AI) constitui-se de uma paráfrase da entidade em análise, sendo que a expressão não aparece nos segmentos. Como exemplo, a AI de *inteligente* pode ser *difícil PT compreende*, expressando que uma pessoa inteligente é capaz de compreender mesmo aquilo que for difícil.

Conforme vimos anteriormente, os encadeamentos argumentativos podem apresentar-se de formas distintas, alterando-se o conector e acrescentando-se a negação. Da mesma maneira, os aspectos que os representam também têm essa propriedade, assim:

- i. estudar bastante DC ser aprovado
- ii. estudar bastante PT neg-ser aprovado
- iii. neg-estudar bastante DC neg-ser aprovado
- iv. neg-estudar bastante PT ser aprovado

Os aspectos de (i) a (iv) acima são representações do bloco semântico *estudo-que-leva-à-aprovação*. Salienciamos novamente que a interdependência semântica é a mesma nos quatro aspectos, ou seja, expressam o mesmo bloco. Em todos trata-se de um *estudo* tal que conduz ao êxito, mesmo naqueles aspectos em PT. Ao dizermos *meu*

amigo estudou bastante e mesmo assim não foi aprovado, ainda fazemos referência a *estudo-que-leva-à-aprovação*, mas de modo transgressivo, uma exceção à norma (uma norma discursiva, e não social, externa à linguagem). Além disso, é possível formar-se outro grupo de quatro aspectos, constituindo-se no bloco contrário:

- v. estudar bastante DC neg-ser aprovado
- vi. estudar bastante PT ser aprovado
- vii. neg-estudar bastante DC ser aprovado
- viii. neg-estudar bastante PT neg-ser aprovado

O bloco semântico expressado pelos aspectos de (v) a (viii) pode ser relacionado à desaprovação devido ao excesso de estudo, talvez por provocar cansaço ou nervosismo. De qualquer maneira, a interdependência semântica entre os segmentos é outra, diferente daquela presente em (i) - (iv). Aqui, temos *estudo-que-leva-à-reprovação*, sentido contrário ao bloco anterior.

Passamos agora à aplicação do conceito de interdependência semântica em encadeamentos argumentativos em trechos da crônica “Falar alto”, de Ana Verônica Mautner (2014). Ao longo do discurso, a cronista discorre sobre quem exerce poder pela voz e apresenta diferentes sentidos para a expressão “falar alto”. Nosso objetivo é descrevermos e explicarmos esses sentidos por meio da construção de encadeamentos argumentativos e pela relação semântica entre os segmentos.

Falar alto (Ana Verônica Mautner, 2014)

Falar alto já foi uma condição para se tornar um homem público – de grande público. Quando, em mil novecentos e trinta e pouco, a voz dos tiranos foi levada das grandes praças para os lares, não foi preciso falar alto. Microfones, alto-falantes e ondas hertzianas levaram de gritos a sussurros a quem quisesse captá-los. A questão do poder da voz, do falar alto, perdeu muito de sua importância. Uma grande revolução do começo do século 20 foi essa expansão da voz.

Neste primeiro trecho que selecionamos, “falar alto” está associado à intensidade da voz. A cronista afirma a mudança no cenário de discursos políticos nos anos 30 pela facilidade da tecnologia de transmissão sonora por equipamentos. Foi justamente a amplitude do alcance da recepção

sonora que levou a voz dos políticos para dentro dos lares, não mais sendo imprescindíveis os discursos em ambientes abertos. Nessa perspectiva, podemos explicitar o sentido de “falar alto” por meio de um encadeamento argumentativo construído a partir dos enunciados do trecho. De acordo com a ANL/TBS, o sentido de uma expressão é dado pelas argumentações por ela evocadas. Então, propomos como sentido de “falar alto” a sua argumentação externa (AE) *emitir sons com alta intensidade DC falar alto*. Por interdependência semântica, o sentido de falar alto está relacionado à emissão de sons com alta intensidade, construindo assim um bloco semântico BS1 *falar-alto-por-emitir-sons-com-alta-intensidade*. Justificamos a construção da AE porque dessa forma a própria expressão em análise (*falar alto*) aparece no encadeamento, permitindo, então, a comparação com o sentido no trecho seguinte:

As mulheres falavam alto na família, dentro do lar, mas não em público. Até hoje, século 21 instaurado, os homens se ressentem quando uma mulher se dirige a um garçom no restaurante. Em público, o portavoz, o que fala alto é o chefe do grupo. À mesa, chama o garçom quem se sente grande e fala alto.

No excerto, percebemos outro sentido de “falar alto” devido às relações estabelecidas com as outras entidades linguísticas ali presentes. A cronista nos fala de expressão de poder, sobretudo do poder de voz conquistado pelas mulheres, em nosso século, e o desconforto ainda causado nos homens. Aqui, “falar alto” é ter poder de decisão. As mulheres exerciam o poder em casa, mas não em público. A ação de chamar o garçom em um restaurante representa a conquista de poder, de fala, de decisão, caracterizando tal sujeito que se dirige ao garçom como sendo o chefe do grupo. Explicitamos, então, o sentido de “falar alto” pela argumentação (novamente uma AE) *ter poder DC falar alto*. Diferentemente da análise anterior, a interdependência semântica entre os segmentos gera um sentido específico, o *falar-alto-por-ter-poder*, ao qual denominamos bloco semântico BS2. Não se trata de falar alto devido à emissão de sons com alta intensidade, mas de expressar poder, inclusive até mesmo sem necessidade de aumentar o volume de voz. Quem chama o garçom tem poder, é a voz do líder. Novamente, a AE levantada permite enxergarmos, por meio do encadeamento argumentativo, a relação estabelecida entre os segmentos e o sentido dali advindo.

Os blocos semânticos BS1 *falar-alto-por-emitir-sons-com-alta-intensidade* e BS2 *falar-alto-por-ter-poder* levantados explicitam os sentidos particulares de “falar alto” nos parágrafos analisados, sendo a distinção decorrente da interdependência semântica entre os segmentos dos encadeamentos argumentativos. Esperamos ter exemplificado que as palavras em um texto não carregam um sentido fixo, mas assumem sentidos particulares dependendo de suas relações com outras palavras no discurso. São relações discursivas, resultantes da interdependência semântica entre segmentos de um encadeamento argumentativo: um sentido próprio, específico, construído por um locutor ao estabelecer relações entre expressões da língua.

A Teoria dos Blocos Semânticos é uma semântica linguística. Com isso, queremos dizer que os sentidos das expressões linguísticas são construídos pelas próprias entidades relacionadas entre si. O sentido particular de um enunciado é de responsabilidade do locutor, ao expressar sua argumentação frente ao mundo. Por isso sustentamos a criação de realidades pelo discurso, um mundo próprio, uma visão específica a respeito de um tema, por meio do qual o locutor se revela. Por isso, uma mulher que gera uma goiabeira, urubus falantes e pedras que viram aves, apesar de nos surpreenderem pelo inusitado, ressaltam a essência mesma das palavras, ou seja, conforme Manoel de Barros, seus “deslimites”.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Manoel de. *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semántica Argumentativa. Una Introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. 1 ed. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.43, n.1, mar. 2008.
- DUCROT, Oswald. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.44, n.1, jan./mar. 2009.

MAUTNER, Anna Veronica. Falar alto. *Revista da Cultura*. Disponível em:
<http://www.revistadacultura.com.br/revistadacultura/detalhe/14-04-01/FALAR_ALTO.aspx>.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 24 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
BALLY, Charles, SECHEHAYE, Albert (Orgs.).